

TERRAS DE SANTA MARIA 2020

ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

DLBC RURAL

DOCUMENTO DE SUPORTE À CANDIDATURA

2.ª fase - seleção EDL e reconhecimento GAL



Índice

1. Experiência da parceria	3
a) Experiência da parceria na implementação de estratégias de desenvolvimento	3
2. Síntese da análise e do diagnóstico da situação territorial	5
a) Situação atual do território	5
A. Dinâmica Demográfica e Territorial	5
B. Emprego e Inclusão Social	6
C. Economia e Competitividade	7
D. Agricultura e Floresta	8
E. Recursos Naturais e Culturais	9
b) Análise SWOT	10
A. Principais Oportunidades	10
B. Principais Ameaças	11
C. Principais Pontos Fortes	11
D. Principais Pontos Fracos	12
c) Desafios e Fatores Críticos de Sucesso	13
3. Estratégia de Desenvolvimento Local	16
a) Objetivos e vocação específica do DLBC	16
b) Modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação do Pacto	22
4. Articulação da EDL com as EIDT NUTS III	24
5. Programa de Ação	27
a) Eixos, objetivos estratégicos e específicos, e principais resultados a atingir	27
b) Definição da estratégia de desenvolvimento local	31
6. Investimentos, Ações e Metas	34
a) Pressupostos	35
7. Realização para Áreas de Cooperação (DLBC Rurais e Costeiros)	37
8. Modelo de Governação	40
a) Modelo de gestão e organização que assegure a prossecução da EDL com eficácia e eficiência, incluindo descrição	40
b) Mecanismos de acompanhamento e avaliação, que garantam a monitorização e reajustamento da EDL, tendo em vista os resultados contratualizados	41

1. EXPERIÊNCIA DA PARCERIA

Experiência da parceria na implementação de estratégias de desenvolvimento

A ADRITEM, entidade gestora da Parceria GAL ADRITEM Rural, é uma associação sem fins lucrativos, de utilidade pública, com 74 associados ativos, quer de natureza pública (27%), Municípios e Juntas de Freguesia, quer de natureza privada (73%), como associações culturais, desportivas e recreativas, IPSS, cooperativas, empresas.

Pese embora a experiência da ADRITEM na implementação de EDL, a metodologia que imprime no território de intervenção, assenta no trabalho em parceria com os representantes mais relevantes dos sectores sócio económicos do Território. Desta forma, reforçando ou acrescentando parceiros, procedeu a uma forte mobilização e envolvimento destas entidades na construção da EDL TSM 2020 e responsabilização na sua implementação e acompanhamento.

Relativamente às 114 entidades que constituem a parceria e que foram apresentadas no campo específico do formulário e evidenciadas através de documento formal que vincula as mesmas ao GAL, mais de 75% são privadas, e cerca de 90% destas representam setores económicos e sociais relevantes para a concretização da EDL.

A ADRITEM embora tenha sido apenas constituída em 2007, apresenta já um currículo que evidencia a vasta experiência na implementação de estratégias e projetos de desenvolvimento local. Tendo sido a única nova entidade ao nível nacional acreditada para a gestão da designada “abordagem Leader” inserida no SP3 PRODER 2007-2014, detinha contudo uma equipa com experiência relevante nestes processos, o que ditou o sucesso das muitas candidaturas apresentadas e a captação para o TI de cerca de 12 ME de despesa pública, quer ao nível do PRODER (SP3 e 4), Rede Rural Nacional, ON2, ou QREN em geral.

No âmbito da implementação da ELD – embora a parceria/associados que compunham a ADRITEM tenham tido um papel importante na divulgação do programa, foram verdadeiros parceiros ativos e eficazes, os 9 elementos do Órgão de Gestão, composto pelos municípios do Território de Intervenção e outras entidades sectoriais (Turismo, Economia, Agricultura, área Social e Cultural) e que se mantém quase na totalidade para este período.

No âmbito do SP 3 PRODER, a ADRITEM contratualizou cerca de de 9 ME de despesa pública de apoio ao investimento promovido por agricultores, empreendedores e microempresas, autarquias e entidades privadas sem fins lucrativos, quer culturais quer de âmbito social. Estes apoios conduziram à criação de quase 100 postos de trabalho diretos, tendo tido ainda grande impacto na renovação de património tradicional, material e imaterial, requalificação de serviços sociais e revitalização do turismo e da cultura neste território.

Com o objetivo de reforçar as dinâmicas económicas, ambientais e sociais no TI, a ADRITEM foi ainda responsável pela implementação, em parceria com outros GAL Nacionais e Internacionais, de 6 Projetos de Cooperação e 3 ao nível da rede rural nacional.

Na implementação da ELD TSM 2007-2014 apresentou ainda parcerias com entidades formadoras, com particular destaque para a INDICE, COMPETIR, CESAE, AGROGESTÃO, NUMEROSCÓPIO e IEF, para a promoção e/ou desenvolvimento de ações de qualificação em áreas como Agricultura, jardinagem, Artesanato e Produtos Locais.

Tendo como parceiro a CAP, a ADRITEM promoveu a realização de 2 projetos de Formação – Ação, no âmbito do POPH, para 14 empresas agrícolas. No âmbito do SI Qualificação foi responsável pelo Projeto ENERmin de promoção da eficiência energética, para 16 empresas do TI.

Por último refere-se a sua responsabilidade na Gestão Nacional da Bolsa de Terras, com um papel de grande relevo no estímulo à colocação de terrenos das autarquias nesta bolsa e no desenho de projetos sociais que possam impulsionar o registo dos terrenos abandonados no TI.

Para além dos projetos referidos, a ADRITEM promoveu em parceria com os municípios e outros parceiros sectoriais (Associações empresariais, cooperativas agrícolas, associação de artesãos, entre outros, grandes ações de âmbito concelhio e que constituíram alavancas no desenvolvimento e dinâmicas das áreas em questão e respetivos públicos-alvo: Social (Mosaico Social-STMFeira, Azemeis Social-Oaz); Empresarial (Ciclo de Conferências de Apoio ao Empresário OAz, Feira da PME's em OAz, EXPOVAL em Valongo); Ambiental (Valorização do património natural e paisagístico em Gondomar) e de Produtos Locais (Feira de Artesanato em OAz, Festival do Pão -Alberg.Velha,)

Por último refere-se que na sua grande maioria os parceiros que compõem o GAL ADRITEM Rural 2020, nomeadamente os municípios, algumas juntas de freguesia, as entidades consultoras, entidades do 3º sector, mas principalmente as entidades formadoras e as universidades, têm grande experiência não só na elaboração de candidaturas, mas também à implementação de projetos nas diversas áreas do desenvolvimento local. Contudo no âmbito das suas funções a ADRITEM pretende durante o próximo período de programação promover ações de qualificação que reforcem as competências dos parceiros nestas áreas.

2. SÍNTESE DA ANÁLISE E DO DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO TERRITORIAL

a) Situação atual do território

Foram definidas áreas distintas para atuar: Dinâmica Demográfica e Territorial (área transversal), Emprego e Inclusão Social, Economia e Competitividade, Agricultura e Floresta, Recursos Naturais e Culturais (áreas temáticas). Conclusões retiradas:

A. Dinâmica Demográfica e Territorial

Forças

- Localização geográfica privilegiada
- Proximidade relativa do território aos centros urbanos do Porto e Aveiro (Porto de Leixões e Aeroporto Francisco Sá Carneiro)
- Presença de economias de aglomeração industrial e polos de ensino - deslocações médias de baixa duração

Fraquezas

- Concentração de serviços territoriais de proximidade nas sedes dos concelhos
- Mobilidade de pessoas, maioritariamente assente no transporte rodoviário privado
- Sistema ferroviário com desempenho inadequado (caso da Linha Vale do Vouga)
- Sistema de transporte público débil e ineficaz
- Aumento do tráfego automóvel, existência de congestionamentos e várias vias rodoviárias não preparadas para circulação de peões ou veículos sem motor
- Degradação das acessibilidades secundárias (estradas nacionais e municipais)

Oportunidades

- Reforço da sustentabilidade energética e ambiental dos sistemas de mobilidade e transportes
- Oportunidade de negócio para empresas de transporte de passageiros para mais destinos (inter freguesias)

Ameaças

- Redução do investimento público no domínio da mobilidade
- Saída definitiva da população das zonas rurais para zonas urbanas

- Aumento do custo dos combustíveis e das portagens
- Falta de investimento na manutenção e remodelação da linha Vale do Vouga
- Inexistência de uma política de promoção à mobilidade sustentável

B. Emprego e Inclusão Social

Forças

- Solidez do Programa Rede Social no território (CLAS)
- Aumento de projetos apelando à responsabilidade social e civil
- Iniciativas de cariz social para divulgar serviços e projetos sociais, potenciando o trabalho em rede

Fraquezas

- Elevado nível de desemprego de longa duração e precariedade laboral
- Disparidades salariais entre sexos
- Aumento de nº famílias monoparentais
- Dificuldades financeiras das organizações do 3º Setor
- Défice de articulação entre as entidades da economia social
- Fraca capacidade de canalização de profissionais e técnicos qualificados para o 3º Sector
- Necessidade de reconversão e readaptação de equipamentos e respostas sociais às necessidades atuais
- Lacunas na formação dos RH das instituições da economia social
- Baixo investimento na área da saúde mental, demências e apoio à formação dos cuidadores familiares

Oportunidades

- Crescente aposta do 3º Setor no combate à pobreza e à exclusão social
- Valorização da necessidade de renovação demográfica
- Preocupação e sensibilização para o envelhecimento ativo
- Mudança do perfil da população sénior e valorização dos serviços de proximidade
- Mobilização da sociedade para a cidadania ativa e combate à exclusão e pobreza

Ameaças

- Dificuldade de fixação de RH qualificados jovens, aumento da pobreza e da exclusão social

- Instabilidade socioeconómica na Europa
- Mercado de trabalho reduzido e saturado
- Menor disponibilidade financeira das famílias, das empresas e das instituições públicas para investirem na educação/formação

C. Economia e Competitividade

Pontos Fortes

- Proximidade com eixos rodoviários da AMP e centros urbanos do Porto e Aveiro (Porto de Leixões e Aeroporto Francisco Sá Carneiro)
- Perfil de especialização da base económica do EDV – indústria da cortiça, indústria do calçado e metalomecânica
- Elevada capacidade de criar riqueza no sector económico das indústrias transformadoras
- Aumento das exportações em 2013
- Emprego industrial
- Instalação de incubadoras de empresas no território
- Existência de centros de formação setoriais

Fraquezas

- Redução do número de empresas em 2012
- Maioritariamente microempresas
- Coexistência de unidades fabris tradicionais com baixos níveis de produtividade
- Trabalho mal remunerado

Oportunidades

- Contexto empresarial favorável à fixação de empresas e aumento das atividades em conhecimento e criação de valor baseado na inovação
- Integração de redes para reforço da internacionalização de empresas e cadeias de valor
- Melhoria das competências em I&D&I
- Reforço das infraestruturas de investigação e inovação (I&I) e promoção de centros de competência
- Valorização económica de recursos endógenos
- Especialização inteligente regional e melhoria da competitividade económica regional

Ameaças

- Estagnação de projetos de investimento
- Preparação dos empresários para a reorganização e melhoria da gestão em temáticas associadas à I&D e à mudança
- Morosidade na reestruturação do tecido empresarial
- (E)Migração de RH altamente qualificados
- Privação de financiamento
- Baixo consumo interno
- Desadequação da formação profissional *versus* mercado de trabalho

D. Agricultura e Floresta

Forças

- Aumento de empresas com atividade económica associada à agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca
- Aumento das exportações de pequenos frutos (novos mercados)
- Disponibilização de terrenos pelos Municípios para a produção agrícola especializada – kiwi
- Produtos do território “Terras de Santa Maria” de qualidade reconhecida
- Implementação da Bolsa de Terras - ADRITEM (entidade GEOP) em articulação com os municípios e juntas de freguesia
- Implantação das organizações agrícolas (cooperativas e associações)
- Existência de iniciativa privada no negócio da produção de energia da biomassa vegetal

Pontos Fracos

- Explorações agrícolas de reduzida dimensão física e económica
- Estrutura minifundiária e pouco profissionalizada
- Poucas indústrias agroalimentares
- Muitos produtores singulares e tecido empresarial agrícola envelhecido
- Baixa representatividade do volume de negócios agrícola e VAB
- Volatilidade dos preços agrícolas
- Dificuldades de acesso aos mercados agrícolas e às silvo-indústrias
- Reduzida concentração da oferta da matéria-prima florestal e falta de estruturas de agregação de oferta e apoio à comercialização de produtos florestais

Oportunidades

- Incentivos e apoio local aos jovens agricultores, à produção agrícola, transformação agroalimentar e comercialização

- Novo regime de estruturação fundiária e legislação da Bolsa de Terras
- Atividades com potencial ambiental e económico - produção de plantas aromáticas e medicinais e apicultura
- Circuitos de comercialização de proximidade de forma a maximizar rentabilidade e competitividade
- Valorização pelo mercado dos recursos e produtos endógenos
- Implementação de políticas de desenvolvimento rural
- Novos mercados e certificação de produtos do território “Terras de Santa Maria”

Fraquezas

- Volatilidade dos preços das matérias-primas agrícolas
- Possível abandono da atividade agrícola causando perda do potencial endógeno de desenvolvimento
- Diminuição do empreendedorismo
- Insuficiente apoio à internacionalização do complexo agroalimentar e florestal
- Saturação de mercados emergentes (frutos vermelhos)
- Florestação com espécies de crescimento rápido
- Dificuldade de autofinanciamento, de acesso ao crédito e a sistema de seguros

E. Recursos Naturais e Culturais

Forças

- Proximidade de centros urbanos do Porto (Aeroporto Francisco Sá Carneiro) e Aveiro
- Presença do Rio Douro - água navegável
- Áreas de paisagem protegida (PTCON0024)
- Locais de interesse - património geológico e arqueológico
- Termas de S. Jorge
- Existência de elementos artesanais e gastronómicos - valorização do produto turístico
- Existência de património imaterial e eventos culturais de relevância
- Capacidade de produção energética de fontes renováveis (biomassa, hídrica)

Fraquezas

- Paisagens descaracterizadas e baixo índice de qualidade ambiental
- Elevado número de espécies e habitats naturais em estado de conservação desfavorável
- Perda da qualidade ecológica e de eutrofização em diversas massas de água
- Uso pouco eficiente da água na agricultura

Oportunidades

- Aumento do fluxo de pessoas ao meio rural
- Integração da Rede Aldeias de Portugal, Douro
- Criação da marca “Terras de Santa Maria”
- Promoção de atividades turísticas e desenvolvimento de produtos integrados nos meios rurais
- Apostar em nichos do turismo de bem-estar - Termalismo
- Consolidação de rotas turísticas centradas em recursos do território
- Articulação com iniciativas de turismo em espaço rural, ecoturismo ou turismo cultural e ações TPNP
- Promoção de novos ciclos de consumo, rendimento, poupança e investimento no meio rural
- Tecido empresarial sensibilizado e informado sobre as questões energéticas (Projeto Eficiência Energética implementado nas empresas pela ADRITEM)

Ameaças

- Concorrência dos centros urbanos
- Baixo nível de participação da população em soluções mais inovadoras de intervenção social e cultural
- Classificação das zonas rurais (GPP) que exclui aldeias classificadas do acesso à tipologia de investimento Renovação de Aldeias
- Concentração da oferta turística na faixa litoral
- Pressão urbanística e humana
- sobre-exploração dos recursos naturais

b) Análise SWOT

A. Principais Oportunidades

- maior atratividade do sector agrícola em toda a cadeia de valor, nomeadamente por jovens qualificados;
- reformulação das políticas municipais, nomeadamente ao nível do PDM, para reconversão do investimento em áreas agrícolas e florestais;
- Políticas de qualificação empresarial e incentivos à base económica, emprego e inovação e coesão social;
- Políticas de Valorização de Recursos Endógenos e de competências específicas das regiões;

- maior interesse internacional pelo património paisagístico, natural e cultural, as indústrias culturais e criativas e o Turismo Industrial;

B. Principais Ameaças

- falta de competências na área agrícola dos novos Jovens agricultores e outros intervenientes no sector;
- instabilidade económica e financeira quer nacional quer internacional;
- retracção do investimento privado
- dificuldade ou falta de acesso a financiamento em especial por desempregados e inactivos;
- predominância do assistencialismo na integração social
- a diminuição generalizada das prestações sociais, do seu montante e da sua abrangência;
- articulação ineficiente entre os diferentes actores responsáveis por políticas semelhantes e/ou complementares de intervenção territorial/regional
- centralização da administração pública, nacional e regional, reduzindo a capacidade da intervenção eficiente ao nível territorial;

C. Principais Pontos Fortes

- Acessibilidades e proximidades aos grandes centros urbanos;
- Nº elevado novas explorações agrícolas maioritariamente de jovens
- Sede das Ass. Nacional de Prod. Kiwi e Prod. Cogumelos
- Forte expressão prod. leite, queijo, mel, Frutos vermelhos, kiwi, cogumelos e hortícolas;
- Produtos Locais reconhecidos: Lampreia, Sável, Sopa Seca, Papas de S. Miguel, Zamacois, e Produtos à base de farinha (biscoitos e regueifa de Valongo, Bolo Branco de Gondomar, Fogaça e Regueifa azeda de SM Feira e Pão de UI, regueifa e canoco de Oaz)
- Recursos Endógenos: Lousa, ouro, cortiça, vidro;
- Patr. ambiental: rio Douro e áreas florestais
- Patri. Cultural: Bugiada, Mercado à Moda Antiga; HaFestaAlde; Moinhos;
- Patr. arqueológico importante (minas e castros)
- Sítios de Interesse Municipal e Rede Natura;

- Forte associativismo e capacidade empreendedora da população rural;

D. Principais Pontos Fracos

- Sistema de transporte público débil e ineficaz às necessidades das populações
- Níveis de desemprego de longa duração elevados e precariedade laboral
- Número elevado de beneficiários de RSI face à Região (com excp. de Oaz)
- Maioria microempresas e trabalho mal remunerado
- Explorações agrícolas pequenas e pouco rentáveis
- dificuldade do acesso à terra, mesmo a terrenos "abandonados":
- Volatilidade dos preços de matérias-primas agrícolas face ao resto da cadeia de abastecimento
- Dificuldade de autofinanciamento
- Paisagens descaracterizadas pela incidência de forte tecido industrial em meio rural;
- equipamentos públicos colectivos não rentabilizados

c) Desafios e Fatores Críticos de Sucesso

O Território de Intervenção Rural “TSM 2020” tem um grande potencial de desenvolvimento, principalmente devido à sua localização marginal aos centros urbanos e pelo grande conjunto de recursos que apresenta ao nível do tecido empresarial/industrial/ e agro-florestal, equipamentos colectivos, património, paisagem, recursos humanos e institucionais, que rentabilizados, articulados e com agregação de valor, ditarão o sucesso do desenvolvimento do Território de Intervenção.

É esse o maior desafio a que se propõe a ADRITEM neste período de programação, liderando para esse efeito uma parceria com 114 entidades, dos diversos sectores sócio-económicos do Território de Intervenção..

Da análise SWOT anterior resulta a identificação dos seguintes desafios prioritários:

Desafio 1: Promover e qualificar as ofertas únicas do território (aldeias tradicionais e animação cultural, “Pulmão Verde” da AMP, parque de moinhos, artes e ofícios e recursos endógenos em geral).

Fatores críticos:

- capacidade de diferenciar as ofertas, através da inovação de produto, da qualificação, comunicação e marketing, nomeadamente com a criação e reforço de marcas;
- capacidade de inculcar e valorizar a identidade do território nas ofertas

D2: Qualificar e reforçar o ecossistema empreendedor do território

Fatores críticos:

- incentivar o empreendedorismo como caminho para a empregabilidade e a valorização profissional
- capacidade de garantir suporte adequado aos empreendedores (informação, capacitação, incubação, etc);
- aproveitar a dinâmica empresarial pré-existente para facilitar os processos de empreendedorismo e autoemprego

D3: Inovar (nos produtos/serviços, no marketing, na organização e nos processos, em todos os contextos – económico, social, cultural)

Fatores críticos:

- desmistificar e democratizar o acesso e utilização de processos de inovação e aplicação de I&D
- ligar os centros de conhecimento aos agentes económicos, culturais e sociais do território
- garantir a capacitação dos agentes para processos de inovação
- ativar processos de inovação aberta
- orientar os processos de inovação para os recursos endógenos diferenciadores do território

D4: Ativar cooperação no sentido da melhoria das ofertas e melhor gestão de recursos

Fatores críticos de sucesso:

- “alteração de mentalidades”, demonstrando os benefícios da cooperação.
- capacidade de ativar e gerir redes e processos de cooperação.

D5: Mercados – ativar e reforçar mecanismos de escoamento de produtos e serviços, para dentro e fora do território e promover a contribuição para a soberania alimentar do território

Fatores críticos de sucesso:

- capacidade de organizar a produção e os produtores em “associação”;
- capacidade de organizar e ativar mercados locais e cadeias curtas de comercialização;
- capacidade de ativar outros canais de distribuição (para o mercado nacional e para mercados externos);

D 6: Promover a sustentabilidade do território, dos seus agentes e das suas ofertas

Fatores críticos de sucesso:

- Favorecer as prioridades no domínio das alterações climáticas, energias renováveis, gestão da água, biodiversidade e medidas de acompanhamento à reestruturação do sector leiteiro;
- Garantir informação e capacitação para a implementação de soluções sustentáveis
- Fomentar o resgate de valores socioculturais que dão identidade à comunidade, quer em termos de atividades, feiras ou produtos.
- Garantir a preservação e não desvirtuação do património cultural e natural.

3. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

a) Objetivos e vocação específica do DLBC (reformulado)

A Estratégia de Desenvolvimento Local tem como objetivo orientador o desenvolvimento do território Terras de Santa Maria pela promoção conjunta e sinérgica das várias forças e agentes do território numa lógica de atuação *bottom-up*. No que respeita à atuação da ADRITEM na vertente de DLBC Rural, com um território de incidência já delineado, em resultado do diagnóstico da situação do território, foram identificados as principais áreas temáticas vocacionais para a Estratégia de Desenvolvimento Local:

- A. Criação de emprego e melhoria das condições de vida da população do território, em particular dos grupos mais frágeis e vulneráveis, contribuindo para a inclusão, através do Envolvimento e capacitação dos agentes relevantes, no sector da economia social e empresas, mobilização e capacitação de agentes, parcerias e plataformas de ação;
- B. Desenvolvimento de novos produtos, incentivando a geração de valor por parte dos agentes económicos do território, nomeadamente da fileira agroalimentar. Promovendo nomeadamente a inovação, incorporação tecnológica, I&D e a qualificação de ativos e empresários para a gestão, conhecimento, incorporação de práticas inovadoras e facilitação/aproximação dos empresários às incubadoras às universidades;
- C. Valorização do património natural e cultural do território alvo, através da Valorização dos recursos e ofertas únicas e diferenciadoras - Promoção de atividades turísticas e desenvolvimento de produtos integrados nos meios rurais, como o turismo de bem-estar, religioso, de natureza, de ambiente, gastronómico, cinegético, desportivo, científico, turismo de aldeia e turismo industrial. Aposta em nichos específicos do turismo de bem-estar, tirando partido do Termalismo e da consolidação de rotas turísticas centradas em recursos do território – pão, regueifa, biscoitos, fogaça, laticínios, cortiça, vidro, lousa e culturais – caminhos de santiago e caminhos de Fátima. Aposta em articulação com as estratégias integrada de desenvolvimento territorial AMP 2020 e EDV 2020 - o que contribuirá para a crescente afirmação do território Terras de Santa Maria.

A vocação primordial do DLBC Rural consiste na atuação de promoção, valorização e capacitação/qualificação dos produtos, áreas, serviços e recursos da região de intervenção. Considerando a experiência anterior e a inspiração modelo de governação e de atuação da ADRITEM, o DLBC Rural atuará nos sectores da cortiça (Santa Maria da Feira), vidro (Oliveira de Azeméis), ouro (Gondomar), xisto/lousa (Valongo) e da panificação (Terras de Santa Maria) como áreas endógenas e de elevado potencial para criação de riqueza e valor da região. A principal aposta acontece no sector primário, tanto ao nível dos produtos como do turismo (de paisagem com destaque para os fojos e potencial rural do território), e da cultura (rota dos

moinhos), sendo que uma estratégia alargada e concertada nestes sectores permite a criação e aproveitamento de sinergias que potenciam o sucesso da execução da EDL.

Tendo em conta a vocação específica do DLBC, o diagnóstico e os desafios apresentados, foram estruturados os objetivos a dois níveis para a EDL rural: Objetivos Estratégicos (OE), primordiais e estruturantes para a EDL e Objetivos Específicos, de carácter mais operacional e de suporte aos objetivos estratégicos e para os quais concorrem as tipologias de intervenção previstas no DLBC Rural.

Objectivos Estratégicos:

1. Criar Emprego e Reforçar a competitividade da economia local

Indicadores/ Metas para 2023

R961-Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego que permanecem 12 meses após o fim do apoio – 50%

Postos de Trabalho Criados (Form) -90: 56 (FSE) + 34 (FEDER)

Empresas que beneficiam de apoio – 34 (FEDER)

Dotação Financeira:

FSE: 1.227.625 M€

FEDER: 662.917,50 M€

2. Reforçar a Competitividade da Fileira Agroalimentar, agrícola e Florestal:

Indicadores/ Metas para 2023

População Coberta pela EDL -30%

P6B-Empregos criados através de projetos LEADER apoiados -9-

P2A-Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização=Nº Beneficiários P. Inv nas explorações/Nº Total de PA-66%

P2A-Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização=Nº Beneficiários P. Inv transf. E comerc. nas explorações/Nº Total de PA – 9%

Peso da Despesa Pública para apoio a Pequenos Investimentos na exploração agrícola, na transformação e na comercialização – 40% -

Peso da Despesa Pública para apoio a Diversificação das actividades na exploração -12,5%

Peso da Despesa Pública para apoio a Cadeias curtas e mercados locais- 17,5%

P3A -Explorações ou Beneficiários com investimento apoiado em regimes de qualidade-Nº Beneficiários prod.Q /Nº Total de PA-8%

Peso da Despesa Pública na Promoção de produtos de qualidade locais-20%

Dotação Financeira:

FEADER: 2.080.712 €

3 - Preservar e Valorizar o Património Rural e Identitário do Território

Indicadores/ Metas para 2023

P2A-Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização=Nº Beneficiários Aldeias Renovadas /Nº Total de PA-4 %

R9101-Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado-1,4

Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apart. Turísticos e outros- 184

Peso da Despesa Pública para apoio à Renovação das Aldeias -10% FEADER

Dotação Financeira:

FEADER (renovação das aldeias): 231.190 €

FEDER -73.658 €

Objectivos Específicos e respectiva articulação com os obj.Operacionais/ prioridades de investimento:

OE 1.1 - Estimular o Empreendedorismo e a criação do próprio emprego por desempregados e inactivos

PI 1.1.1-Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho

Indicadores/ Metas para 2023

"O961 Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego"-56

Nº projectos de auto-emprego -15

Dotação Financeira:

FSE - 1.227.625,00 € €

OE 1.2 - Incentivar a criação e desenvolvimento de pequenas e microempresas

PI 1.2.1 Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas

Indicadores/ Metas para 2023

Empresas que beneficiam de apoio (Form)-17

Aumento do emprego de empresas apoiadas (Form) -0,2%

Nº novas empresas apoiadas, incluindo próprio negócio com projectos de investimento- 5

Dotação Financeira:

FEDER - 662.917,50 € €

OE 2.1 Aumentar a rentabilidade das explorações agrícolas e florestais

PI 2.1.1 Pequenos investimentos nas explorações agrícolas

Indicadores/ Metas para 2023

P2A/P3AProjetos/beneficiários apoiados -1.2

Nº Explorações agrícolas apoiadas - 28

Dotação Financeira:

FEADER - 462.380,39 €

PI 2.1.2 Diversificação de atividades na exploração

Indicadores/ Metas para 2023

O20 Projetos apoiados -3

Nº beneficiários apoiadas -2

Dotação Financeira:

FEADER - 288.987,74 €

OE 2.2 Estimular a progressão na cadeia de valor da agricultura

PI 2.2.1 Pequenos investimentos na transformação e comercialização

Indicadores/ Metas para 2023

"O20 Projetos apoiados"-5

Nº unidades industriais apoiadas - 4

Dotação Financeira:

FEADER- 462380,39€

PI 2.2.2 Cadeias curtas e mercados locais

Indicadores/ Metas para 2023

"O20 Projetos apoiados"-4

Nº Projectos apoiados de Cadeias curtas e mercados locais - 4

Dotação Financeira:

FEADER- 404.582,84€

OE 2.3 Promover a Valorização e divulgação dos produtos locais de qualidade

PI 2.2.3 Promoção de produtos de qualidade locais

Indicadores/ Metas para 2023

P2A/P3A -Projetos/beneficiários apoiados -1.2

Nº Produtos Locais Incluídos em acções de Promoção - 5

Dotação Financeira:

FEADER- 462.380,39 €

OE 3.1 Promover e Valorizar as Aldeias Tradicionais do TI

PI 3.1.1 Renovação de aldeias

Indicadores/ Metas para 2023

O1 Despesa Pública - 231.190,19 €

Nº aldeias apoiadas -2

Dotação Financeira:

FEADER - - 231.190,19 €

OE 3.2 Salvaguardar e Valorizar o património cultural e identitário do TI

PI 3.2.1 Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico, incluindo em particular aquele que já é Património da Humanidade reconhecido pela UNESCO;

Indicadores/ Metas para 2023

Aumento do nº visitantes a sítios de património cultural e natural e atracções beneficiárias de apoio (Form) – 368 visitantes

Dotação Financeira:

FEDER – 36.828,75 €

OE 3.3 Promover a utilização eficiente e de qualidade dos recursos naturais do território

PI 3.3.1 Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação;

Indicadores/ Metas para 2023

'Aumento do nº visitantes a sítios de património cultural e natural e atracções beneficiárias de apoio (Form) – 368 visitantes

Dotação Financeira:

FEDER - 36.828,75 €

b) Modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação do Pacto

Para elaborar a EDL foram utilizados os seguintes dispositivos de participação:

- Reuniões da Assembleia Geral, para o debate e reflexão sobre o desenvolvimento do território, e para a identificação de prioridades de intervenção;
- Reuniões com as autarquias, na perspetiva de auferir as expectativas da autarquia como agente dinamizador e promotor de iniciativas de dinamização do espaço rural e como precursor de ideias e projetos de privados.
- Reuniões com entidades não associadas, relevantes para a auscultação de diversos agentes locais que, pelo âmbito da sua atuação e trabalho desenvolvido foram considerados interlocutores privilegiados para fornecer contributos à EDL do GAL ADRITEM;
- Reuniões temáticas, sectoriais e territoriais com associados e comunidades locais: Encontros para o Desenvolvimento Local: Tertúlias Sectoriais; Jornadas Técnicos por Freguesia e Concelhias;

É fundamental para o sucesso de qualquer processo de desenvolvimento que a parceria montada para a sua implementação participe na elaboração do diagnóstico como forma de tomar conhecimento dos principais problemas mas também das potencialidades e oportunidades de desenvolvimento. Assim, a elaboração desta EDL privilegiou a participação coletiva com o objetivo de os responsabilizar e comprometer para a continuidade deste envolvimento.

Concretizando, na Execução e Implementação da EDL prevê-se:

- i. Organização de grupos de trabalho sectoriais assentes nas competências dos diferentes parceiros do GAL - esta metodologia permitirá encaminhar a comunidade e intenções de investimento não integradas no DLBC Rural, para resposta e análise dos parceiros; Permitirá ainda, em função da temática, analisar possibilidades de financiamento de acções essenciais à implementação da EDL. Mas fundamentalmente permitirá aos parceiros estarem articulados e conduzirem acções complementares e não sobrepostas.
Na troca de experiências, a ETL poderá também adquirir todos os conhecimentos técnicos e específicos que a diversidade das tipologias das operações requer.
- ii. Envolvimento da parceria na organização e dinamização local de sessões de esclarecimento e recepção ou encaminhamento para a ADRITEM de potenciais promotores;
- iii. Mobilizar para uma participação ativa nas Reuniões da Assembleia geral, sendo que é este o Órgão onde todos os parceiros têm assento, funcionando como um fórum para análise de indicadores sobre a execução financeira do programa e monitorização global da EDL, para esclarecimentos de questões consideradas relevantes para o

desempenho do programa e para identificar regras e mecanismos essenciais para melhorar as ações de acompanhamento.

- iv. Disponibilização aos parceiros de informação/documentação sobre o programa através da Newsletter, página da ADRITEM que integrará informação atualizada sobre as linhas de apoio disponíveis, os projetos aprovados, atividades desenvolvidas e sobre a execução e implementação do programa em termos gerais.
- v. Participação no Órgão de Gestão da ADRITEM Rural 2020

Consideramos que será possível implementar um dispositivo de acompanhamento/ regulação que avalie a execução da EDL no território, garantindo que a sua implementação decorre em consonância com os objetivos e metas definidos.

4. ARTICULAÇÃO DA EDL COM AS EIDT NUTS III

A EDL contribui de forma clara para a prossecução dos principais objetivos estratégicos e específicos definidos na estratégia AMP 2020, conforme se evidencia pela identificação dos objectivos estratégicos, que são reforçados pelos objectivos específicos da EDL e princípios que norteiam a mesma, que deverão ser devidamente salvaguardados na qualificação do mérito dos projectos que concorrem para estes.

A) Contributo para os seguintes objetivos da AMP 2020

OT 1. REFORÇAR A INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E A INOVAÇÃO

OT 3. REFORÇAR A COMPETITIVIDADE DAS PME

OT 4. APOIAR A TRANSIÇÃO PARA UMA ECONOMIA DE BAIXO TEOR DE CARBONO EM TODOS OS SETORES

OE1.1 Mais investigação, inovação e internacionalização;

OE1.3 Promover a valorização económica do conhecimento e a transferência de tecnologia apoiando o acesso de um número crescente de empresas à investigação e inovação em parceria com as instituições de ensino superior e de I&D

OE3.1 Otimizar, qualificar e articular "espaços", físicos e virtuais, para o conhecimento, inovação e empreendedorismo, reforçando os processos suportados em redes multiescalares;

OE3.4 Potenciar mudança estrutural das indústrias e serviços numa aposta de especialização inteligente (e.g. Agroalimentar; Indústrias Criativas; Turismo; Energia);

OE4.2 Apoiar a promoção e distribuição das energias renováveis e aumentar a eficiência energética nas atividades económicas;

OE4.4 Preservar os sequestradores de carbono da AMP – florestas e mosaicos de água

Encontram-se expressos nos seguintes objetivos da EDL TSM Rural 2020:

O1. Criar Emprego e Reforçar a reforçar a competitividade da economia local,

O2. Reforçar a competitividade da Fileira Agroalimentar, agrícola e florestal;

O3. Preservar e valorizar o Património Rural e Identitário do Território de Intervenção

B) Contributo para os seguintes objetivos da AMP 2020

OT 6. PRESERVAR E PROTEGER O AMBIENTE E PROMOVER A UTILIZAÇÃO EFICIENTE DOS RECURSOS

OE6.2 Explorar e dar mais visibilidade ao capital simbólico, identitário e de afirmação regional e nacional, valorizando a excelência dos recursos naturais e culturais;

Encontram-se expressos nos seguintes objetivos da EDL TSM Rural 2020:

O3. Preservar e valorizar o Património Rural e Identitário do Território de Intervenção

C) Contributo para os seguintes objetivos da AMP 2020

OT 8. PROMOVER A SUSTENTABILIDADE E A QUALIDADE DO EMPREGO E APOIAR A MOBILIDADE DOS TRABALHADORES

OE8.1 Promover a integração do mercado de trabalho de jovens à procura de emprego, desempregados, desmotivados e/ ou em risco de exclusão;

OE8.2. Criar e desenvolver condições de integração no mercado de trabalho de adultos candidatos a emprego, desempregados de longa duração e inativos;

OE8.3 Apoiar, de forma estruturada e sustentada, o autoemprego, a criação de micro e pequenas empresas, o empreendedorismo e o empreendedorismo social;

OE8.5 Apoiar a sustentabilidade das micro e pequenas empresas da AMP, a qualificação dos ativos empregados e a modernização do tecido empresarial.

Encontram-se expressos nos seguintes objectivos da EDL TSM Rural 2020:

O1. Criar Emprego e Reforçar a reforçar a competitividade da economia local,

D) Contributo para os seguintes objetivos da AMP 2020

OT 9. PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL E COMBATER A POBREZA E A DISCRIMINAÇÃO

OE9.1. Desenvolver estratégias de desenvolvimento local de base comunitária assentes em iniciativas de economia solidária, empreendedorismo social e inovação social;

Encontram-se expressos nos seguintes objectivos da EDL TSM Rural 2020:

O1. Criar Emprego e Reforçar a reforçar a competitividade da economia local,

O3. Preservar e valorizar o Património Rural e Identitário do Território de Intervenção

Para além do referido, a EDL reflete também de forma plena as indicações da estratégia AMP 2020 respeitantes ao Desenvolvimento Local de Base Comunitária nas zonas rurais, de acordo com a respetiva tipologia: “renaturalização”; “revitalização”; “dominância de fileiras produtivas intensivas”; “interdição”.

2. Coerência com outros instrumentos

Destaca-se ainda o alinhamento estratégico com os seguintes instrumentos:

- PDR2020

- PO Norte

- Estratégia de Especialização Inteligente (RIS3) da Região Norte, nomeadamente por via dos racionais de especialização associados aos domínios prioritários “Cultura, criação e moda”, “Sistemas agroambientais e alimentação” e “Capital simbólico, tecnologias e serviços do turismo”
- Estratégias de desenvolvimento do setor do turismo (nacional e do Porto e Norte de Portugal), que preconizam a aposta em tipologias turísticas presentes de forma relevante na EDL (turismo em espaço rural, turismo cultural, turismo de natureza); a este nível, de destacar o alinhamento com o recentemente aprovado Programa Nacional de Turismo de Natureza.
- Programa de Promoção das Artes e Ofícios e SNQCPAT (certificação de produções artesanais)
- Planos e instrumentos de desenvolvimento de nível municipal.

Por fim refere-se que a EDL baseia-se nos principais princípios para um crescimento inteligente, inclusivo e sustentável:

1. Abordagem para o crescimento inteligente

- Aposta no conhecimento e na inovação;
- Aposta na valorização dos recursos endógenos diferenciadores, alinhada com a EIDT da AMP;
- Aposta na competitividade económica dos agentes económicos.

2. Abordagem para o crescimento sustentável

- Aposta na criação de emprego;
- Aposta na inclusão, na igualdade e na inovação social;
- Aposta na formação e na qualificação.

3. Abordagem para o crescimento inclusivo

- Aposta na proteção e valorização ambiental;
- Aposta na gestão mais eficiente dos recursos;
- Aposta na eficiência energética e na produção de energia a partir de fontes renováveis.

5. PROGRAMA DE AÇÃO

a) Eixos, objetivos estratégicos e específicos, e principais resultados a atingir (Reformulado)

Os **objetivos estratégicos** a atingir com este programa de ação são os seguintes:

O1- Criar Emprego e Reforçar a competitividade da economia local

O2- Reforçar a Competitividade da Fileira Agroalimentar, agrícola e Florestal

O3 - Preservar e Valorizar o Património Rural e Identitário do Território

1. Criar Emprego e Reforçar a competitividade da economia local

Indicadores/ Metas para 2023

R961-Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego que permanecem 12 meses após o fim do apoio – 50%

Postos de Trabalho Criados (Form) -90: 56 (FSE) + 34 (FEDER)

Empresas que beneficiam de apoio – 34 (FEDER)

Dotação Financeira:

FSE: 1.227.625 M€

FEDER: 662.917,50 M€

2. Reforçar a Competitividade da Fileira Agroalimentar, agrícola e Florestal:

Indicadores/ Metas para 2023

População Coberta pela EDL -30%

P6B-Empregos criados através de projetos LEADER apoiados -9-

P2A-Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização=Nº Beneficiários P. Inv nas explorações/Nº Total de PA-66%

P2A-Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização=Nº Beneficiários P. Inv transf. E comerc. nas explorações/Nº Total de PA – 9%

Peso da Despesa Pública para apoio a Pequenos Investimentos na exploração agrícola, na transformação e na comercialização – 40% -

Peso da Despesa Pública para apoio a Diversificação das actividades na exploração -12,5%

Peso da Despesa Pública para apoio a Cadeias curtas e mercados locais- 17,5%

P3A -Explorações ou Beneficiários com investimento apoiado em regimes de qualidade-Nº Beneficiários prod.Q /Nº Total de PA-8%

Peso da Despesa Pública na Promoção de produtos de qualidade locais-20%

Dotação Financeira:

FEADER: 2.080.712 €

3 - Preservar e Valorizar o Património Rural e Identitário do Território

Indicadores/ Metas para 2023

P2A-Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização=Nº Beneficiários Aldeias Renovadas /Nº Total de PA-4 %

R9101-Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado-1,4

Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apart. Turísticos e outros- 184

Peso da Despesa Pública para apoio à Renovação das Aldeias -10% FEADER

Dotação Financeira:

FEADER (renovação das aldeias): 231.190 €

FEDER -73.658 €

Para atingir os objetivos do DLBC e criar os impactos desejados, a estrutura do programa de ação desenhado apresenta-se consistente com a análise realizada ao território por áreas temáticas. Assim é possível manter a coerência ao nível das necessidades identificadas, das iniciativas a realizar e os resultados a atingir. Assim, os **eixos do programa de ação** são os seguintes:

- E1. Emprego e Inclusão Social
- E2. Economia e Competitividade
- E3. Agricultura e Floresta
- E4. Recursos Naturais e Culturais

O Eixo 1 pretende ir criar repostas a problemas como o aumento dos níveis de pobreza e de exclusão social, aumento do desemprego e envelhecimento da população. Este eixo destina-se também contribuir positivamente para a valorização da necessidade de renovação demográfica e dos serviços de proximidade, incluindo medidas como o emprego por conta

própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras.

O Eixo 2 tem como objetivo encontrar respostas para a estagnação nos projetos de investimento e a morosidade na reestruturação do tecido empresarial. Assim, este eixo apoiará o apoio ao desenvolvimento de viveiros de empresas e de atividades por conta própria, bem como a criação de empresas através de apoio a projetos de investimento.

O Eixo 3 prioriza a mitigação de ameaças ao sector da agricultura e floresta, nomeadamente o abandono da atividade agrícola, sector pouco profissionalizante, dificuldades de acesso aos mercados agrícolas, e a viabilidade inconsequente de algumas explorações agrícolas. Este eixo pretende assim apoiar os pequenos investimentos nas explorações agrícolas e a promoção de produtos de qualidade locais.

O Eixo 4 objetiva combater o baixo nível de participação cultural e coesão social, criar alternativas à elevada oferta turística na faixa litoral e a sobre exploração de recursos naturais, sendo que para isso este eixo contempla a conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património cultural e natural.

Estes Eixos vão ao encontro do cumprimento dos **objetivos específicos** definidos:

OE 1.1 - Estimular o Empreendedorismo e a criação do próprio emprego por desempregados e inativos

OE 1.2 - Incentivar a criação e desenvolvimento de pequenas e microempresas

OE 2.1 Aumentar a rentabilidade das explorações agrícolas e florestais

OE 2.2 Estimular a progressão na cadeia de valor da agricultura

OE 2.3 Promover a Valorização e divulgação dos produtos locais de qualidade

OE 3.1 Promover e Valorizar as Aldeias Tradicionais do TI

OE 3.2 Salvaguardar e Valorizar o património cultural e identitário do TI

OE 3.3 Promover a utilização eficiente e de qualidade dos recursos naturais do território

Cada um dos objetivos específicos corresponde à resposta a uma, ou mais, **prioridades de investimento** no âmbito do DLBC:

OE 1.1 Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho (FSE)

OE 1.2 Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas (FSE)

OE 1.2 Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas (FEDER)

OE 2.1 Pequenos investimentos nas explorações agrícolas (FEADER)

OE 2.1 Diversificação de atividades na exploração (FEADER)

OE 2.2 Pequenos investimentos na transformação e comercialização (FEADER)

OE 2.2 Cadeias curtas e mercados locais (FEADER)

OE 2.3 Promoção de produtos de qualidade locais (FEADER)

OE 3.1 Renovação de aldeias (em territórios rurais) (FEADER)

OE 3.2 Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico, incluindo em particular aquele que já é Património da Humanidade reconhecido pela UNESCO (FEDER)

OE 3.3 Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação (FEDER)

b) Definição da estratégia de desenvolvimento local

*Neste ponto optou-se por transmitir de forma genérica a EDL global do território de TSM, já que a referente apenas ao instrumento DLBC Rural já foi transmitida no ponto anterior e nos objetivos e vocação específica do DLBC Rural, tendo em conta também o n. de caracteres.

A ADRITEM pretende contribuir para o desenvolvimento do território Terras de Santa Maria em todas as vertentes, com particular ênfase no desenvolvimento das áreas rurais. A estratégia global para o território Terras de Santa Maria 2020 assenta no **desenvolvimento territorial equilibrado das zonas rurais, reforçando a capacitação local e a melhoria das condições locais – aproveitando as dinâmicas das ligações urbano-rurais** - as zonas urbanas representam mercados importantes e centros de serviços para as zonas rurais. A Estratégia de Desenvolvimento Local contempla atuações específicas por domínios temáticos:

O tema federador da EDL TSM é a Criação de Emprego e Valor na Gestão de Recursos e os principais eixos de intervenção são os 4 abaixo discriminados, substanciados em 3 princípios basilares e transversais aos mesmos:

- Organização e melhoria da eficiência dos recursos do território;
- agregação de valor pela organização de sistemas/ cadeias de valor e clusters regionais;
- capacitação dos agentes locais/ parceiros estratégicos e comunidade.

A implementação da EDL Terras de Santa Maria obedecerá a uma metodologia de articulação com os parceiros para responder às necessidades do território nos diferentes sectores e eixos de desenvolvimento, através de candidaturas aos vários instrumentos financeiros disponíveis (Europa 2020, Cooperação Transnacional, Portugal 2020, PO Norte, PO Temáticos, PDR 2020 e PO Mar.

De seguida refere-se de forma resumida os eixos de intervenção da EDL e os programas já perspectivados e que permitirão a sua implementação global.

Domínio: Inclusão Social e Emprego

Neste domínio pretende-se promover a criação de emprego próprio e o acesso de pessoas em situação de desemprego ao mercado de trabalho, assim como dotar de competências empreendedoras diversas camadas sociais, diversificando as especificidades dos espaços rurais. Pretende-se ainda promover a complementaridade entre o urbano e o rural, na promoção da inovação social e na resposta a problemas de pobreza e exclusão social.

Obedecendo ao princípio do trabalho articulado referido, a ADRITEM com uma participação activa nos CLAS do Território, assumiu a responsabilidade como parceira e entidade executora

nas candidaturas aos CLDS dos concelhos de Oliveira de Azeméis e Santa Maria da Feira, onde muitas das acções propostas concorrem para os objectivos da EDL TSM.

Para além do instrumento da DLBC Rural a ADRITEM deverá ainda concorrer aos seguintes programas:

PO CH - Formação modular para empregados e desempregados

POISE Capacitação para a inclusão

POISE Apoio à capacitação e constituição de empresas por mulheres

POISE Programa de Capacitação para o Investimento Social

POISE Formação modular para Desempregado de Longa Duração (DLD)

POISE Cheque formação

Domínio: Economia e Competitividade

Pretende-se o reforço do empreendedorismo local, qualificado e criativo de forma a motivar a criação de empresas baseadas nos recursos endógenos na região e a capacitar as PME existentes com capacidades para tornar os seus produtos internacionalizáveis, promovendo desta forma a internacionalização da região. Pretende-se potenciar o marketing rural, com acções que estimulem relações de proximidade e mobilidade urbano-rural.

Neste domínio pretende-se melhorar a eficiência produtiva de forma a promover uma melhor performance ambiental e energética e qualificar a oferta turística dentro do espaço rural. O desenvolvimento da fileira agroindustrial e o aproveitamento das potencialidades silvícolas e pastoris nas áreas rurais são outros investimentos existentes previstos.

Para a concretização destes objectivos prevê-se a candidatura aos seguintes programas:

PO Norte – SIAC – Internacionalização e Promoção do Espírito Empresarial

PO CI Formação-Ação para PME

PO CI Projetos Conjuntos de Internacionalização PME

PO CI Qualificação PME

PO CI Empreendedorismo Inovação Empresarial

Domínio: Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos

Neste domínio pretende-se a valorização paisagística e ambiental dos territórios rurais e do seu potencial turístico e de lazer assim como promover a gestão integrada da floresta, aproveitando os recursos agroflorestais. Neste ponto inclui-se ainda a eficiência energética e a

promoção de comportamentos ambientalmente responsáveis, nomeadamente com impacto nos recursos hídricos do território.

Para a concretização destes objectivos prevê-se a candidatura aos seguintes programas:

PO NORTE Património natural e cultural

SEUR Eficiência energética nas empresas

Programa LIFE

Domínio do Capital Humano- transversal aos domínios anteriores tendo-se já referido os programas em que a sua implementação estará assente.

6. INVESTIMENTOS, AÇÕES E METAS (REFORMULADO)

PI	Fundo	Eixo/Medida	Indicador de Realização				Indicador de Resultado				Proposta de Dotação de Fundo a Contratar	
			Indicador	Custo Unitário/Pressupostos	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Pressupostos	Meta 2018	Meta 2023		
9.6	FSE	8ii b) Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho.	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	22.100 €	33	56	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio			40%	50%	1.227.625,00 €
Total FSE											1.227.625,00 €	
	FEDER	8a b) Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho.	Empresas que beneficiam de apoio	20.000 €	3	17	Postos de trabalho criados	Uma empresa cria em média 1,4 postos de trabalho		5	23	331.458,75 €
	FEDER	8a g) Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas.	Empresas que beneficiam de apoio	20.000 €	3	17	Postos de trabalho criados	Uma empresa cria em média 1,4 postos de trabalho		5	23	331.458,75 €
9.10	FEDER	6c* a) Património Cultural: ii) Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico, incluindo em particular aquele que já é Património da Humanidade reconhecido pela UNESCO.	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	Por cada 1M€ há um aumento de 10.000 visitantes	92	368	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros			46	184	36.828,75 €
	FEDER	6c* b) Património Natural: i) Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação.	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	Por cada 1M€ há um aumento de 10.000 visitantes	92	368	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros			46	184	36.828,75 €
	FEDER		Nº Estratégias		1	1	Efeito Multiplicador do Investimento público no investimento Privado			0,8	1,4	-
Total FEDER											736.575,00 €	
Total FEDER+FSE											1.964.200,00 €	

Prioridade de Investimento	Fundo	Eixo/Medida do Programa	Nº Projetos apoiados		Nº Empregos criados		Nº de Explorações apoiadas		Nº de Beneficiários apoiados		Proposta de Dotação FEADER
			Meta 2018	Meta 2023	Meta 2018	Meta 2023	Meta 2018	Meta 2023	Meta 2018	Meta 2023	
99.M10 - LEADER	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais	1	4	0	2	1	3	1	3	404.582,84 €
99.M10 - LEADER	FEADER	Diversificação de atividades na exploração	1	3	1	3	0	2	0	2	288.987,74 €
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização	1	5	1	3	1	4	1	4	462.380,39 €
99.M10 - LEADER	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais	1	5	0	1	1	3	1	3	462.380,39 €
99.M10 - LEADER	FEADER	Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações	7	37	0	0	6	28	6	28	462.380,39 €
99.M10 - LEADER	FEADER	Renovação de aldeias	0	2	0	0	0	2	0	2	231.190,19 €
				56		9					2.311.901,94 €

7. PRESSUPOSTOS (REFORMULADO)

Embora se considerassem os pressupostos iniciais e abaixo mencionados os mais adequados às tipologias de intervenção previstas e aos princípios da abordagem leader preconizados no instrumento DLBC Rural, procedeu-se à alteração do orçamento, investimentos e metas relativas à EDL em conformidade com a dotação dos fundos comunicada em 30-08-2015.

Pressupostos iniciais:

Pese embora o valor considerado esteja aquém das necessidades da implementação da EDL, conforme evidenciam os indicadores apresentados-(anexo Indicadores), o cálculo do mesmo não descurou a realidade da dotação total prevista no aviso em cada um dos fundos e a existência de 53 DLBC Rural e 21 DLBC na R. Norte, conforme fórmula adoptada para atribuição do mesmo. Esta situação resulta da expectativa de que as AG responsáveis, prosseguirão os mesmos princípios de equidade e justiça na atribuição das verbas, assente nomeadamente em critérios bem definidos e objectivos/mensuráveis.

Dotação dos fundos do aviso da 2ª fase; Nº DLBC Rural_53; Nº DLBC Norte-21; 16 DLBC Rurais

FEADER: Base comum 50%; restantes 50% com o seguinte peso: 95% Pop. + 5% àrea

FSE: BC 50%; 50%: 20% Pop. + % 50 DESEMP+ 30% RSI

FEDER: BC 50%; 50% : 20% Pop. + % 50 DESEMP+ 30% RSI

O Nº desemp. considerados e de beneficiários do RSI teve por base os valores concelhios, atendendo a que deve ser avaliado este universo, já que mesmo não residindo no território de intervenção, fazem parte do público-alvo que poderá investir no território.

N. Desempregados TSM - 37.310

N. RSI TSM - 19.948,33

Outros indicadores importantes:

Número Total de Beneficiários da PAC - 1.954

Hectares dos Beneficiários da PAC - 3.023

N. Total Projectos 2007-2014 PRODER (Instalação Jovens Agricultores, Investimentos Pequena
Total invest. 10.957.377,00 € e 4.952.853,00 € d. pública

Intenções de Investimento registadas na ADRITEM para o TI:

Histórico SP 3 PRODER 2007-2014:

Total 31 - Inv.Elegível 12.187.075,11 € Despesa Elegível -7.022.117,24 €

Ação 3.2.1 Inv.Elegível 3.673.685,28 € Despesa Elegível -€2.216.518,65 €

Total Inv.Elegível Candidatado 15.860.760,39 € Despesa Elegível Candidatada:
9.238.635,88 €

Por fim refere-se que a reconversão do território à sua vocação agrícola e agro-industrial, presentes nas respectivas políticas municipais e na procura crescente de terrenos para a agricultura, em especial por jovens e por filhos da terra com idade entre os 40-50, maioria desempregados.

Consideramos que esta poderá ser uma oportunidade para aproximar a actividade agrícola em termos de nº de explorações e SAU aos registos do RGA de 1999, cujo declínio se observou nos 10 anos seguintes:

N. total explorações em 1999: 3126 e em 2009: 1947

Nº Total ha SAU em 1999 6.004 ha e em 2009: 4.713

Deverá ser tido ainda em consideração na atribuição dos fundos a TSM Rural 2020, os seguintes factores:

- forte tradição e em processos ou ambição de qualificação de produtos à base de farinhas

pão de ul, regueifa e canoco (OAz), fogaça e regueia azeda (SM Feira), pão, regueifa e biscoito de Valongo e doce branco de Gondomar;

A existência de associações de produtores e confrarias dos produtos referenciados (estando alguns ainda em formação)

Dada a abundância dos recursos hídricos há ainda a referenciar iguarias como o Sável e a Lampreia.

(esta informação encontra-se devidamente organizada e evidenciada em documento anexo ao formulário)

8. REALIZAÇÃO PARA ÁREAS DE COOPERAÇÃO (DLBC RURAIS E COSTEIROS)

Como forma de potenciar e complementar o investimento e a dinamização local, o GAL ADRITEM pretende desenvolver projectos de cooperação nas áreas que indicou como intervenção, referindo para as mesmas os seguintes objectivos, metas e mais-valias a alcançar:

1. Emprego e Inclusão Social

Objectivos:

Divulgação e comercialização do artesanato e produtos locais;

Animação e Promoção do trabalho em rede no 3º e 4º sector

Capacitação dos Animadores Sociais para serviços inovadores e criação de valor

Metas:

Colocação em rede de promoção comercial de 10 produtos Locais/artesanais

Criação de Plataforma Colaborativa e de Boas Práticas 4º Sector

Contributos para o Território

Promoção do artesanato e ofícios tradicionais locais

Melhoria do serviço ao nível do 3º/4º Sector

Promoção da coesão social e intergeracional

2. Economia e Competitividade

Objectivos:

Requalificação dos Mercados Ambulantes Locais (comunicação, estruturas, animação, show-cooking, valorização produtos)

Criação de Rota Criativa (Rota dos Ofícios Tradicionais e Arte Criativa)

Agregação de valor aos ofícios tradicionais e criação de novos produtos

Metas:

Aumento de 5% das receitas dos Mercados Ambulantes apoiados

Aumento em 15% do nº de vendedores nos Mercados Ambulantes apoiados

Mobilização de 10 artesãos para centros de negócio da ROTA Criativa

Aumento de 15% das receitas dos artesãos de ofícios tradicionais

Criação de 6 novos produtos de consumo com base em matérias primas ou artífices tradicionais locais;

Contributos para o Território

Reforço da identidade e imagem do território

Revitalização e rentabilização de equipamentos públicos e/ou colectivos apoiados

Concentração do comércio tradicional

Dignificação dos mercados locais ambulantes/itinerantes

3. Agricultura e Floresta

Objectivos:

Dinamizar a Bolsa de Terras do Território

Promover a limpeza dos terrenos e o aproveitamento da biomassa

Promover a organização local de fileiras agroalimentares

Promover a comercialização de produtos agrícolas e agroalimentares, bem como o know e equipamento referente a este sector

Metas:

Aumentar em 50% o nº de registo de terrenos locais na Bolsa de Terras

Registar 50% dos produtores agrícolas do TI

Organizar 4 equipas Agro-sociais

Promover a criação de 3 Núcleos PROVE +

Contributos para o Território

Rentabilização agrícola/florestal de terrenos abandonados e outros

Melhoria da organização do sector I

Aumento do consumo local de bens alimentares e do rendimento económico do território

4. Recursos Naturais e Culturais

Roteiro Natural e Cultural

Objectivos:

Dinamização dos equipamentos culturais

Valorização e Divulgação do património natural e cultural do TI

Promover a dinamização do associativismo e trabalho em rede

Metas:

Aumentar em 20% o nº de visitantes ao património ambiental/ cultural

Aumentar em 20% a utilização dos equipamentos culturais do TI

Criar uma rede com a participação de 50 entidades culturais

Contributos para o Território

Aumento da oferta cultural do território

Dinamização sócio-económica do território

Melhoria da qualidade de vida da população

Área Transversal: Animação Territorial

Objectivos:

Promoção da Cidadania activa e animação do território;

Promoção do trabalho em rede entre os Agentes de Desenvolvimento Local

Promoção do trabalho em rede na aldeia e entre aldeias

Metas:

Aumentar em 50% o nº de visitantes às aldeias apoiadas

Criar uma associação de moradores/comunitária/ aldeia apoiada

Criar um grupo de trabalho dos diversos actores locais/aldeia apoiada

Contributos para o Território

Dinamização sócio-económica de Aldeias Tradicionais-rede Aldeias de Portugal

Reforço da cidadania activa

10. MODELO DE GOVERNAÇÃO (REFORMULADO)

a) Modelo de gestão e organização que assegure a prossecução da EDL com eficácia e eficiência, incluindo descrição

Em primeira estância refere-se que o grau de adequação do modelo de governação e da equipa técnica será definido à luz do que vier a ser contratualizado (competências, dotações, tipologias de operações e metas dos indicadores) e das regras que vierem a ser definidas pelos sistemas de gestão e controlo da Autoridade de Gestão, nomeadamente no respeito à segregação de função e mecanismos de prevenção de conflitos de interesses.

Tendo em consideração o princípio referido e toda a exposição sobre este assunto apresentada na 1ª fase da candidatura DLBC, realça-se de seguida os aspectos mais relevantes do modelo a adoptar pela ADRITEM

- 1- Capacitação da parceria GAL ADRITEM para a implementação, monitorização e acompanhamento da EDL;
- 2- Planeamento e gestão pelo Órgão de Gestão da DLBC Rural ADRITEM coadjuvada pela coordenadora da ETL
- 3- **Análise de Projetos pela ETL**, submetendo à apreciação da coordenadora, que emite Parecer e apresenta ao Órgão de Gestão para Decisão ou Parecer OG (no caso da decisão final ser da responsabilidade da AG);
- 4- **Execução Técnica e Controlo de Projetos** é da responsabilidade da ETL, sendo assegurada por diferentes técnicos a análise do PA e dos respectivos controlos e pedidos de pagamento, que submetem a parecer/validação da coordenadora;
- 5- **Cooperação e Animação Território** visando a divulgação da EDL, o reforço e promoção dos investimentos apoiados e das áreas de intervenção previstas e complementares à implementação da EDL;
- 6- Contabilidade é assegurada através da contratação de uma entidade externa.

O GAL ADRITEM, responsável pela execução da EDL “Terras de Santa Maria 2020” compromete-se a implementar os procedimentos adequados e eficazes nas diferentes áreas de atuação, e que serão ajustados no âmbito de futuras delegações de competências, para a gestão de fundos públicos.

b) Mecanismos de acompanhamento e avaliação, que garantam a monitorização e reajustamento da EDL, tendo em vista os resultados contratualizados

(7.000 caracteres)

De forma a acompanhar continuamente a EDL com vista a garantir a monitorização e reajustamento da mesma, se necessário, tendo em vista os resultados contratualizados, serão adotadas as seguintes ações:

- Protocolos de compromisso/ parceria para as entidades coletivas, identificando as seguintes responsabilidades e compromissos:

- a) Divulgação da EDL e da Ação 10.2 – Implementação das estratégias, da Medida 10 - LEADER, junto dos seus associados ou públicos-alvo;
- b) Organização e promoção de sessões de esclarecimento sobre a EDL;
- c) Aconselhamento e orientação de potenciais promotores para a ADRITEM;
- d) Integração nos respetivos fóruns temáticos ou sectoriais, promovidos pela ADRITEM para a monitorização da EDL e dos projetos apoiados, e para a elaboração das ações de animação e promoção do território;
- e) Participação no planeamento e execução da Ação 10.4 – Funcionamento e Animação, implicando a definição das respetivas responsabilidades e o apoio à sua dinamização, acompanhamento e avaliação, enquanto órgão intermédio de gestão e de animação do território.
- f) Publicitar nos respetivos instrumentos de divulgação a ADRITEM e respetivas Medidas 10 - LEADER, a divulgação dos avisos de abertura de candidaturas, e os indicadores de realização, impacto e resultado da EDL;
- g) Realização de reuniões com entidades responsáveis pelos diferentes planos sectoriais, afim de proceder a uma avaliação contínua das suas necessidades e dos projetos financiados ao abrigo do PDR 2020, que concorrem para a satisfação das mesmas e para a concretização dos respetivos planos de ação, solicitando ainda essa indicação nos respetivos relatórios de execução;
- h) Realização de reuniões de Assembleia Geral intercalares, para avaliação da execução da EDL e dos projetos implementados.

Para além das ações referidas anteriormente que concorrem também para a monitorização dos projetos aprovados, serão ainda levadas a cabo visitas periódicas ao local dos investimentos e reuniões com os seus promotores, de que resultará um Relatório de Acompanhamento, e no final, serão produzidos estudos de avaliação qualitativa e quantitativo dos mesmos e serão aferidos os respetivos indicadores de execução dos projetos.

Para a análise e seleção dos projetos, está prevista a seguinte metodologia:

- a) A equipa técnica fará a receção, verificação dos requisitos e elegibilidade e avaliação dos projetos, segundo os critérios de seleção definidos pelo Órgão de Gestão e em conformidade com os respetivos regulamentos de aplicação da AG do PDR, originando uma Ficha de Avaliação de Projeto, com a discriminação da pontuação atribuída a cada critério, o resultado final e o Parecer Técnico.
- b) Análise e decisão sobre os pedidos que cumpram os requisitos efetuada pelo Órgão de Gestão, com base nos pareceres emitidos pela ETL;
- c) Acompanhamento físico e financeiro dos projetos realizado pela equipa técnica.

Para a Avaliação interna da EDL serão utilizados os seguintes instrumentos:

- i. Relatórios semestrais e anuais de execução da EDL, identificando os projetos propostos, aprovados e respetivo estado de execução, e os indicadores de realização, impacto e resultado da EDL;
- ii. Inquéritos aos promotores, de satisfação da avaliação da equipa técnica, ao nível da informação e serviço prestado;
- iii. Inquéritos de satisfação da avaliação aos *stakeholders* da ADRITEM, ao nível da divulgação, animação de parceria, informação, projetos apoiados e serviço prestado pela ADRITEM;
- iv. Estudo de Avaliação quantitativa e qualitativa, intercalar e *ex-post* no final do programa;

A avaliação dos apoios atribuídos no âmbito da Medida 10 do PDR, será realizada sob a responsabilidade do GAL ADRITEM e/ou do Gestor do PDR, de acordo com as orientações a estabelecer por este, e a avaliação da implementação da EDL incide sobre o cumprimento dos objetivos e metas nela estabelecidos.

Critérios de Avaliação interna da EDL

- a) Relevância - adequação dos objetivos às necessidades e metas estabelecidas;
- b) Eficiência - adequação entre os resultados alcançados e o seu custo, isto é, como os inputs/meios foram convertidos e a qualidade dos seus resultados;
- c) Eficácia - contribuição dada pelos resultados no alcance dos objetivos específicos estabelecidos;
- d) Impacto - efeito das intervenções e a sua contribuição para alcançar a EDL;

- e) Sustentabilidade - avaliar se os benefícios produzidos pelos projetos continuam a verificar-se.

O GAL ADRIEM irá adotar o modelo de avaliação interna que combine a avaliação *on-going*, com a avaliação *ex-post*, avaliando-se assim o decorrer e a conclusão da execução e implementação da EDL.